

O ESTADO DA ARTE DO ENSINO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Angelo Brás Fernandes Callou¹

Maria Luiza Lins e Silva Pires²

Maria Rosário F. Andrade Leitão³

Maria Salett Tauk Santos⁴

Resumo

Com o objetivo de realizar um levantamento das principais tendências do mundo acadêmico relacionadas à Extensão Rural no conjunto das universidades públicas e privadas do Brasil, esta pesquisa priorizou os seguintes eixos de análise: 1) temas contemplados no ensino da Extensão Rural; 2) interdisciplinaridade na Extensão Rural; 3) relação entre cursos de graduação e programas de pós-graduação em Extensão Rural; e 4) Incorporação das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural pelas disciplinas Extensão Rural, e afins. Para isso, foram elaborados cinco questionários destinados aos professores, coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação e coordenadores de área. Pôde-se destacar, dentre os principais resultados, a insuficiência da carga horária

¹Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Doutor em Ciências da Comunicação e Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX). peixes@elogica.com.br

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), Doutora em Sociologia. marialuizapires@gmail.com

³Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), Doutora em Sociologia. rosario@hotmail.com.br

⁴Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), Doutora em Ciências da Comunicação e Coordenadora do POSMEX. mstauk@terra.com.br

necessária à formação do extensionista e a incipiência, nos programas de ensino da graduação, de temáticas e de uma bibliografia que dêem conta da complexidade do rural na contemporaneidade. Essa tendência não se confirmou, entretanto, nos projetos de pesquisa e de extensão e nos cursos de graduação. A importância atribuída à disciplina Extensão Rural e o reconhecimento do seu caráter multidisciplinar são também alguns dos dados que se destacaram na análise.

Palavras-chave: ensino, extensão rural, políticas públicas e metodologia.

THE SITUATION OF THE ART OF RURAL EXTENSION TEACHING IN BRAZIL

Abstract

With the objective of surveying the main tendencies in the academic world related to rural extension programs in the whole of the public and private university system in Brazil, this research prioritized the following lines of analysis: 1) themes contemplated in the teaching of rural extension programs; 2) interdisciplinary study in rural extension programs; 3) the relationship between graduate courses and post-graduate level programs in rural extension programs; and 4) incorporation of the public policies of technical assistance and rural extension programs into the subjects which comprise the rural extension programs. To this end, 5 questionnaires were developed for and sent to the professors and coordinators of graduate and post-graduate courses as well as other coordinators in the field. What stand out among the main results, are the insufficient hour requirements needed to shape the extension student and the immaturity of the graduate teaching programs, in the syllabus' and the bibliographies in order to do justice to the complexity of the contemporary rural extension programs. However, this tendency was not confirmed by research projects, extension projects or by the graduate courses. The importance attributed to the subject of rural extension programs and the recognition of it's being multidisciplinary also stand out in the analysis.

Keywords: rural extension programs, teaching, public policies and methodology.

1. INTRODUÇÃO⁵

O esforço de se romper com uma concepção do ensino universitário tradicional, pautado no difusionismo modernizador da agricultura, já se observava, nos meios acadêmicos, desde o final dos anos de 1970. Um exemplo ilustrativo foi apresentado pela Suplan/Abeas, por meio do seu Relatório Final intitulado: *Programa de Ensino de Extensão Rural*. O referido relatório trazia uma concepção de formação pautada no seguinte objetivo:

Criar condições para que os alunos, a partir de uma análise da problemática da agricultura brasileira e das diferentes estratégias de transformação da realidade rural, adquiram capacidade para, em suas futuras atividades profissionais, atuarem de maneira crítica e criativa no processo de mudança da sociedade. (Seplan/Abeas, 1978, p. 19).

É evidente que a obra de Paulo Freire *Extensão ou comunicação?* permeia essa ruptura e dá suporte teórico para se vislumbrar uma nova formação extensionista.

O relatório da SUPLAN/ABEAS apresentava, ainda, uma proposta básica do Programa da Disciplina Extensão Rural ao mesmo tempo em que expressava muitas inquietações próprias daquele período histórico.

Destacam-se, por exemplo, temas relacionados à reforma agrária, ao perfil profissional do extensionista voltado para uma inserção crítica na realidade rural, ao desenvolvimento para além da modernização da agricultura, aos diferentes anseios dos grupos sociais do campo, às formas de organização formal e informal dos contextos populares e, principalmente, à ação transformadora mediante projetos de intervenção.

⁵Este artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla desenvolvida para subsidiar o debate, por ocasião do *Seminário Comemorativo dos 60 Anos da Extensão Rural no Brasil*, realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em parceria com Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no período de 26 a 29 de maio de 2008, na Ilha de Itamaracá, Pernambuco. Esse seminário contou com o apoio da Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de Viçosa, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Ensino Superior e Ministério da Educação. Os dados aqui apresentados fazem parte do relatório de Callou, Pires, Leitão e Tauk Santos (2008).

Passados quase 30 anos dessa proposta, o que chama a atenção é a atualidade do debate, refletido nas preocupações que ainda permanecem no âmbito dos estudos sobre os contextos rurais. Só que, agora, às velhas inquietações somam-se outras questões, que exigem dos profissionais que se debruçam sobre o mundo rural respostas urgentes – e ainda mais complexas – que são geradas a partir das chamadas “crises contemporâneas”. A crise do mundo do trabalho, do Estado, das utopias clássicas e dos referenciais de análise, típicos de uma ciência cartesiana e utilitarista, são algumas dessas crises. Atrelado a isso, o crescimento exacerbado da exclusão social e da insustentabilidade planetária denuncia a urgência com que os problemas precisam ser analisados e resolvidos.

Nesse cenário, a Extensão Rural é desafiada a se posicionar, hoje, diante de um leque de novos referenciais, como: a reorganização do trabalho e da produção dentro de uma ótica do associativismo/cooperativismo e da economia solidária; as desigualdades sociais associadas a gênero, etnias e geração; as concepções de desenvolvimento, que promovem o empoderamento dos contextos sociais excluídos, tal como descritas no Desenvolvimento Local; a expansão das novas tecnologias de comunicação e informação; a perspectiva comunicacional, que considera as populações do meio rural como sujeitos que reagem às políticas governamentais e não-governamentais como produtores de sentido; os movimentos sociais pela terra; a agricultura familiar e suas relações com a segurança alimentar; a representatividade das atividades não-agrícolas e, mais recentemente, a agroecologia.⁶

Nesse sentido, é de se perguntar se os novos referenciais estão presentes no ensino da Extensão Rural e afinados com o perfil dos professores, por meio dos seus projetos de pesquisa e de extensão. É de se perguntar, também, se as matrizes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação contemplam esses desafios e se os mesmos estão refletidos nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural.

⁶ São vários os textos que abordam esses referenciais pela via da Extensão Rural. Vide, especialmente, Callou, 1983; Caporal, 1991; Braga e Kunsch, 1993; Santos e Callou, 1995; Tauk Santos e Spenillo, 1998; Giuseppa, 1999; Tauk Santos, 2000; Callou e Tauk Santos, 2001; Callou, 2002; Vela, 2003; Pires, 2003^a; Pires, 2003^b; Pires, 2004; Leitão, 2005; Tavares e Ramos; Leitão, 2006; Tavares e Figueiredo, 2006; Caporal e Costabeber, 2007; Dias, 2007; Callou, 2007; Leitão, 2008.

É com base nessas reflexões e tendo como referência os dados coletados para esta pesquisa, que o presente trabalho analisa o estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa *O Estado da Arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil* se propôs a fazer um levantamento das principais tendências do mundo acadêmico relacionadas à Extensão Rural, na graduação e na pós-graduação, no conjunto das universidades públicas e privadas em todo o território nacional. A análise e interpretação dos dados foram realizadas pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Interessava sinalizar algumas das principais tendências próprias do ensino da Extensão Rural no Brasil, a partir dos seguintes eixos: 1) Temas contemplados no ensino da Extensão Rural, por região, no Brasil; 2) Interdisciplinaridade na Extensão Rural; 3) Relação entre cursos de graduação e Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural; e 4) Incorporação pelas disciplinas Extensão Rural, e afins, das políticas públicas de ATER.

Essas preocupações foram agrupadas em cinco questionários, enviados ao conjunto dos professores envolvidos com a temática Extensão Rural nas cinco regiões do país.

Para isso, foram contactados 217 professores dos cursos de graduação e de pós-graduação, de universidades brasileiras, dos quais 63 professores responderam aos questionários, assim distribuídos: região Sul 18, região Sudeste 15, região Centro-oeste 5, região Norte 7 e região Nordeste 18.

Os questionários foram elaborados de acordo com o perfil para o qual se destinavam: professores de Extensão Rural dos Cursos de Graduação; professores de Extensão Rural dos Programas de Pós-Graduação; coordenadores de cursos de Graduação e Pós-Graduação da Área das Ciências Agrárias; e coordenadores da Área de Extensão Rural. Foi comum, ao conjunto dos questionários, uma ficha de identificação que deveria ser preenchida previamente.

O questionário destinado aos professores da graduação continha dois blocos. O primeiro voltava-se à obtenção de informações sobre a atividade do professor nas atividades de Ensino, quais sejam: metodologias utilizadas; curso em que a disciplina estava vinculada; carga horária da disciplina e dificuldades encontradas para a realização das aulas teóricas e práticas. O segundo bloco, por sua vez, focou os seguintes itens: relação da disciplina Extensão Rural com o Projeto Político-pedagógico dos Cursos; período em que a mesma é oferecida no Curso ministrado pelo professor; a obrigatoriedade ou não da disciplina na matriz curricular; as possíveis relações estabelecidas entre a graduação e a pós-graduação; a possível interdisciplinaridade da disciplina; a inserção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural nos programas. Além dessas questões, interessava saber as principais tendências dos temas trabalhados nos projetos de pesquisa e de extensão do professor.

O questionário destinado aos professores dos Programas de Pós-Graduação, além das informações comuns aos professores da graduação, trazia questões específicas relacionadas às linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural e questões referentes à importância da disciplina para a formação de profissionais em Extensão Rural.

O questionário para os coordenadores dos Cursos de Graduação destinava-se a obter informações relativas à disciplina Extensão Rural no âmbito do curso a que estava vinculado, aí contemplando os períodos em que a disciplina é ministrada nos cursos, ano de sua inclusão no Curso, assim como o número de turmas de Extensão Rural; a semestralidade ou anuidade, em que a mesma é oferecida; além do número de alunos matriculados, a cada ano, no conjunto das disciplinas de Extensão Rural ministrado num dado curso. O referido questionário continha, ainda, questões relativas às políticas que regulam a disciplina, tais como: a posição que a disciplina Extensão Rural ocupa no Projeto Político-pedagógico; normas e decisões que regulam a disciplina; participação da área da Extensão Rural nos Conselhos da Universidade; e os obstáculos enfrentados pela área no que tange à burocracia da Instituição de origem.

Finalmente, o questionário voltado para os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação, além das informações comuns aos dos coordenadores da graduação, trazia, também, questões relacionadas ao perfil dos alunos selecionados; às linhas e aos projetos de pesquisa dos

Programas e informações relativas às revistas nas quais os professores da pós-graduação costumam publicar.

Os dados da pesquisa foram categorizados e tabulados e, posteriormente, submetidos à análise quantitativa. Em seguida, foram criadas categorias para facilitar a análise qualitativa, a partir dos temas que apareciam nas respostas por região, e em relação ao conjunto do país. As análises aqui apresentadas se referem particularmente ao ensino da Extensão Rural nos cursos de graduação no país.

3. A PESQUISA E A EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

3.1 Projetos de Pesquisa em Extensão Rural

Os professores das Instituições de Ensino Superior no Brasil desenvolvem projetos de pesquisa em Extensão (Tabela 1), principalmente nos seguintes temas: Agricultura Familiar (20,40%), Desenvolvimento Local (19,90%), Agroecologia (10,95%), e Movimentos Sociais (10,95 %).

Ao se observar o conjunto dos temas pesquisados por região, constata-se que permanece a mesma tendência temática nacional. Por outro lado, outros temas considerados desafiadores para se pensar a Extensão Rural contemporânea - nas universidades e nas políticas públicas de ATER - apresentam índices pouco expressivos, em todas as regiões, a exemplo de: Geração (4,48%), Gênero (3,98%), e Etnias (%1,49). (Tabela 1).

No caso do tema relacionado à pesca, essa situação se torna mais grave, pois aparece nulo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Esse fato merece uma reflexão, na medida em que a atividade pesqueira está presente, hoje, nos debates nacional e internacional, sobretudo a partir da criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, da Presidência da República (SEAP/PR), e nas agendas de boa parte dos projetos voltados à agricultura familiar.

Nessa mesma direção, a temática das atividades não-agrícolas, hoje igualmente considerada primordial para a dinâmica dos contextos rurais, apresenta-se com menor ênfase do que poderia se supor. Nas regiões Sudeste/Sul, cujas atividades não-agrícolas já ultrapassam mais de 50% no conjunto das atividades produtivas (Campanhola e Graziano da

Silva, 2004), o tema apenas chegou a despertar o interesse de 3,03% dos pesquisadores da região Sudeste. E, no Norte, o tema sequer foi contemplado.

TABELA 1: TEMAS DOS PROJETOS DE PESQUISA EM EXTENSÃO RURAL DOS PROFESSORES DE GRADUAÇÃO POR REGIÃO NO BRASIL

Temas	Sul		Sudeste		Centro Oeste		Norte		Nordeste		Brasil	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Agricultura familiar	12	24,00	12	18,18	3	21,43	4	20,00	10	19,61	41	20,40
Agroecologia	8	16,00	6	9,09	-	-	3	15,00	5	9,80	22	10,95
Atividades não-agrícolas	5	10,00	2	3,03	1	7,14	-	-	6	11,76	14	6,97
Desenvolvimento local	11	22,00	11	16,67	4	28,57	4	20,00	10	19,61	40	19,90
Etnias	-	-	1	1,52	-	-	1	5,00	1	1,96	3	1,49
Gênero	1	2,00	3	4,55	1	7,14	-	-	3	5,88	8	3,98
Geração	1	2,00	3	4,55	1	7,14	1	5,00	3	5,88	9	4,48
Movimentos sociais	6	12,00	7	10,61	1	7,14	4	20,00	4	7,84	22	10,95
Pesca	-	-	-	-	-	-	1	5,00	3	5,88	4	1,99
Reforma agrária	2	4,00	6	9,09	1	7,14	1	5,00	1	1,96	11	5,47
Outros	4	8,00	15	22,73	2	14,29	1	5,00	5	9,80	27	13,43
Total	50	100	66	100	14	100	20	100	51	100	201	100

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

A pesquisa também revelou que a temática da Reforma Agrária apareceu de forma discreta (5,47%) nas preocupações dos pesquisadores se considerarmos que, no passado, mobilizou a discussão teórica nas universidades, especialmente a partir do texto *Contribuições à Questão Agrária no Brasil*, de Caio Prado Júnior (1962).

Se for um fato que a Reforma Agrária não possui o mesmo vigor acadêmico do passado, não se pode deixar de considerar que o tema se faz presente hoje em questões como os movimentos sociais e assentamentos rurais.

3.2 Projetos de Extensão Rural

Os Projetos de Extensão desenvolvidos por 49% dos professores universitários no Brasil acompanham a tendência dos temas dos Projetos de Pesquisa, qual seja: 19,38% de Desenvolvimento Local, 19,38% de Agricultura Familiar, 10,85% de Agroecologia e 7,75% Movimentos Sociais (Tabela 2).

TABELA 2: TEMAS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

Temas	Sul		Sudeste		Centro-Oeste		Norte		Nordeste		Brasil	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Agricultura familiar	11	26,83	6	13,64	3	27,27	2	22,2	3	12,50	25	19,38
Agroecologia	5	12,20	5	11,36	-	-	1	11,11	3	12,50	14	10,85
Atividades não-agrícolas	4	9,76	4	9,09	1	9,09	-	-	2	8,33	11	8,53
Desenvolvimento local	10	24,39	7	15,91	3	27,27	2	22,2	3	12,5	25	19,38
Etnias	-	-	2	4,55	-	-	-	-	-	-	2	1,55
Gênero	1	2,44	3	6,82	1	9,09	-	-	1	4,17	6	4,65
Geração	1	2,44	2	4,55	1	9,09	-	-	2	8,33	6	4,65
Movimentos sociais	2	4,88	4	9,09	1	9,09	1	11,1	2	8,33	10	7,75
Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8,33	2	1,55
Reforma agrária	2	4,48	3	6,82	1	9,09	-	-	1	4,17	7	5,43
Outros	5	12,20	8	18,18	-	-	3	3,33	5	20,83	21	16,28
Total	41	100	44	100	11	100	9	100	24	100	129	100

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008)

Os temas pouco expressivos nos Projetos de Extensão mantêm, igualmente, a mesma tendência observada nos Projetos de Pesquisa, isto é, gênero, geração, etnias e pesca.

Considerando que a pesquisa e a extensão desempenham um papel de suporte das atividades de ensino nas universidades, que conseqüências as lacunas deixadas pelos aportes insuficientes em temáticas consideradas vitais para a Extensão Rural, hoje, trarão para a formação dos extensionistas?

4. O ENSINO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

4.1 Periodicidade, Obrigatoriedade e Carga Horária

A disciplina Extensão Rural, nos cursos de graduação no Brasil, é oferecida semestralmente em 88,82% dos casos. Em apenas 11,18%, ela é oferecida anualmente.

Na matriz curricular da graduação, a disciplina Extensão Rural aparece como obrigatória em 90% dos cursos e é oferecida, principalmente, nos últimos semestres da formação, assim distribuída: em 22,35%, no 8º semestre; 17,65%, no 1º semestre; 15,29%, no 7º semestre; 11,18%, no 9º semestre; e 9,41%, no 10º semestre. A carga horária de aulas teóricas e práticas da disciplina varia de 20 a 90 horas-aula. Constata-se uma predominância (30,59%) em 60 horas-aula. No Brasil, o número de alunos matriculados na disciplina Extensão Rural soma-se em 4.606, distribuídos em 16 Cursos, predominando Agronomia, 29,3%; Zootecnia, 16,78%, Engenharia Florestal, 12,26%; Engenharia Agrícola, 8,39%; e Medicina Veterinária, 8,39%.

O grau de formação dos professores de Extensão Rural e áreas afins, na graduação, está majoritariamente centrado no nível de Doutorado (68,25%). O que denota a existência, do ponto de vista acadêmico, de uma massa crítica capaz de desenvolver pesquisas que façam avançar o conhecimento sobre a realidade rural contemporânea em temáticas ainda pouco exploradas pelos pesquisadores, como observou-se anteriormente. Cerca de 45% dos professores de graduação informaram que a disciplina Extensão Rural acha-se relacionada com outras disciplinas, entre as quais, Cooperativismo, Associativismo Rural, Desenvolvimento Rural, Agroecologia, Educação Agrícola, Sociologia Rural, Projetos Agropecuários e Agronegócio.

No que diz respeito à relação dos cursos de graduação com a pós-graduação, 37,29% dos professores afirmaram que ela se dá por meio do estágio docência, monitoria, iniciação científica (PIBIC) e outras atividades como execução de projetos e palestras. A impressão que fica é que essa relação se dá mediante atividades pontuais e, às vezes, esporádicas, o que sugere a ausência de uma política acadêmica que integre, efetivamente, os cursos de graduação com os programas de pós-graduação.

4.2 Ementas e Objetivos

As ementas da disciplina Extensão Rural no Brasil contemplam 16 temas (Tabela 3) que, na sua grande maioria, se refletem tanto nas temáticas abordadas no debate acadêmico, quanto nas preocupações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Os temas mais recorrentes no Brasil nas ementas apresentadas são: “História e Conceitos de Extensão” (21,21%); “Metodologias Participativas e Mobilização Comunitária - Comunicação” (20,08%); “Difusão de Inovações, Extensão do Conhecimento e Tecnologia” (8,71%); “Planejamento, Elaboração de Projetos em Extensão Rural” (8,33%); “Realidade Socioeconômica do Meio Rural Regional - Atores e Relações Sociais” (6,44%); e “Associativismo e Cooperativismo, Movimentos Sociais” (5,68%). Nos demais temas, os percentuais oscilam entre 1,14% a 4,55%.

TABELA 3: FREQUÊNCIA DE TEMAS NAS EMENTAS DAS DISCIPLINAS EXTENSÃO RURAL POR REGIÃO DO BRASIL.

Categorias	Sul		Sudeste		Centro Oeste		Norte		Nordeste		Brasil	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Agricultura familiar e pesca	1	1,72	4	5,33	-	-	-	-	3	3,57	8	3,03
Agricultura, pesca e aquicultura de base ecológica	1	1,72	-	-	-	-	-	-	2	2,38	3	1,14
Agronegócios (<i>agribusiness</i>)	-	-	3	4,00	-	-	-	-	-	-	3	1,14
Associativismo, cooperativismo, movimentos sociais	2	3,45	5	6,67	-	-	-	-	8	9,52	15	5,68
Desenvolvimento local	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5,95	5	1,89
Desenvolvimento regional	2	3,45	4	5,33	1	4,35	1	4,17	1	1,19	9	3,41

Desenvolvimento regional e social	1	1,72	5	6,67	2	8,70	-	-	2	2,38	10	3,79
Difusão de inovações, "extensão do conhecimento", tecnologias	5	8,62	8	10,67	1	4,35	1	4,17	8	9,52	23	8,71
Gênero, geração, etnias	1	1,72	-	-	-	-	-	-	4	4,76	5	1,89
Globalização	-	-	1	1,33	1	4,35	-	-	5	5,95	7	2,65
História e conceitos de extensão	13	22,41	13	17,33	6	26,09	10	41,67	14	16,67	56	21,21
Metodologias participativas e mobilização comunitária, comunicação	15	25,86	10	13,33	5	21,74	12	50,00	11	13,10	53	20,08
Novas ruralidades	-	-	-	0,00	1	4,35	-	-	2	2,38	3	1,14
Planejamento, elaboração de projetos de extensão rural	9	15,52	3	4,00	-	-	-	-	10	11,90	22	8,33
Políticas públicas	3	5,17	6	8,00	-	-	-	-	3	3,57	12	4,55
Realidade socioeconômica do meio rural regional (atores e relações sociais)	4	6,90	5	6,67	2	8,70	-	-	6	7,14	17	6,44
Outros	-	-	3	4,00	3	13,04	-	-	-	-	6	2,27
Nada consta	1	1,72	5	6,67	1	4,35	-	-	-	-	7	2,65
Total	58	100	75	100	23	100	24	100	84	100	264	100

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

Ao se comparar os temas das ementas da disciplina Extensão Rural com os temas dos projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos pelos professores, já analisados, um aspecto chama a atenção: a ênfase dada a temas nesses projetos não se reproduz no âmbito do ensino. Isso pode ser particularmente observado em relação aos temas “Agricultura, Pesca e Aqüicultura de Base Ecológica”, ou a eles relacionados, e “Desenvolvimento Local”. (CALLOU, 2007). Nas ementas, esses temas obtiveram 1,14% e 1,89%, respectivamente, e, nos projetos de pesquisa e de extensão, alcançaram, simultaneamente, 19,90% e 19,38% no tema “Desenvolvimento Local” e, em “Agroecologia”, 10,95% e 19,85%.(Tabelas 1 e 2).

É importante, também, chamar a atenção para os baixos percentuais alcançados por esses temas nas ementas. Observa-se, inclusive, que, no caso da “Agricultura, Pesca e Aqüicultura de Base Familiar”, esse tema aparece nulo no Sudeste, Centro-oeste e Norte (tabela 3). Situação equivalente ocorre com as “Novas Ruralidades”, nas regiões Sul, Sudeste e Norte, e “Gênero, Geração e Etnias”, no Sudeste, Centro-oeste e Norte. Em contrapartida, a “Difusão de Inovações, Extensão do Conhecimento, Tecnologias” ainda tem seu lugar de destaque na formação dos extensionistas, apesar de toda a crítica já consolidada, particularmente do ponto de vista teórico. No Sudeste, esse tema aparece com 10,67%, no Nordeste, com 9,52%, e no Sul, com 8,62%. Entretanto, cabe averiguar se o difusionismo faz parte da formação extensionista ou trata-se apenas de uma temática a ser confrontada com as concepções contemporâneas da Extensão Rural.

A impressão que fica dessas observações é que os projetos de pesquisa e de extensão universitários, voltados a questões contemporâneas da Extensão Rural, não conseguem alimentar ou influenciar, ao que parece, o ensino da Extensão Rural, no Brasil. Portanto, o tão exaltado tripé das universidades - Pesquisa, Ensino e Extensão -, não desenvolve, nesse caso, a simbiose desejada. Entretanto, convém analisar se esses aspectos estão ligados à incipiência ou abrangência com que os projetos de pesquisa e de extensão estão sendo desenvolvidos nas universidades. Como se sabe, as exigências estabelecidas, hoje, pelas agências de fomento à pesquisa, no que se refere à qualificação acadêmica/produção intelectual dos pesquisadores, além dos poucos recursos disponíveis destinados às atividades de extensão nas universidades, têm restringido, cada vez mais, a ação universitária para além do ensino. Seja como for, é de se perguntar de

que maneira, na combatida universidade pública, a pesquisa e a extensão, com suas atualidades temáticas, poderão contribuir, efetivamente, para o ensino da Extensão Rural no Brasil.

Quanto aos objetivos propostos para a disciplina Extensão Rural (Tabela 4), observa-se, de um modo geral no Brasil, as mesmas tendências ocorridas nas ementas analisadas, ou seja, as mais recorrentes são: “Metodologias Participativas, Mobilização Comunitária, Comunicação” (15,20%); “História e Conceitos de Extensão” (11,70%); “Desenvolvimento Regional” (10,53); “Políticas Públicas” (8,77%); e “Difusão de Inovações, Extensão do Conhecimento, Tecnologias” (8,19%). Temas com menores percentuais também seguem a tendência nacional encontrada nas ementas, a exemplo de “Agricultura, Pesca e Aqüicultura de Base Ecológica” (1,75%) e “Novas Ruralidades” (1,17%). Temas como “Gênero, Geração e Etnias”, que já apresentavam percentuais insignificantes nas ementas da disciplina Extensão Rural, aparecem como nulos no Brasil. Dado importante, na medida em que esses temas estão na pauta dos movimentos sociais e nas políticas públicas de ATER.

TABELA 4: FREQUÊNCIA DE TEMAS NOS OBJETIVOS DAS DISCIPLINAS EXTENSÃO RURAL NO BRASIL POR REGIÃO.

Categorias	Sul		Sudeste		Centro Oeste		Norte		Nordeste		Brasil	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Agricultura familiar e pesca	-	-	3	7,89	-	-	4	18,18	2	2,99	9	5,26
Agricultura, pesca e aqüicultura de base ecológica	-	-	-	-	1	7,14	-	-	2	2,99	3	1,75
Agronegócios (agribusiness)	-	-	1	2,63	-	-	-	-	-	-	1	0,58
Associativismo, cooperativismo, movimentos sociais	-	-	1	2,63	-	-	-	-	3	4,48	4	2,34
Desenvolvimento local	-	-	-	-	-	-	-	-	9	13,43	9	5,26
Desenvolvimento regional	2	6,67	4	10,53	1	7,14	4	18,18	7	10,45	18	10,53
Desenvolvimento regional e social	1	3,33	5	13,16	1	7,14	2	9,09	1	1,49	10	5,85

Difusão de inovações, "extensão do conhecimento", tecnologias	11	36,67	1	2,63	-	-	2	9,09	-	-	14	8,19
Gênero, geração, etnias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Globalização	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,99	2	1,17
História e conceitos de extensão	5	16,67	3	7,89	1	7,14	2	9,09	9	13,43	20	11,70
Metodologias participativas e mobilização comunitária, comunicação	4	13,33	5	13,16	4	28,57	3	13,64	10	14,93	26	15,20
Novas ruralidades	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,99	2	1,17
Planejamento, elaboração de projetos de extensão rural	1	3,33	3	7,89	1	7,14	-	-	8	11,94	13	7,60
Políticas públicas	3	10,00	3	7,89	1	7,14	3	13,64	5	7,46	15	8,77
Realidade socioeconômica do meio rural regional (atores e relações sociais)	2	6,67	4	10,53	1	7,14	2	9,09	5	7,46	14	8,19
Outros	1	3,33	2	5,26	2	14,29	-	-	1	1,49	6	3,51
Nada consta	-	-	3	7,89	1	7,14	-	-	1	1,49	5	2,92
Total	30	100	38	100	14	100	22	100	67	100	171	100

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

No que diz respeito à importância da disciplina Extensão Rural para o projeto político-pedagógico dos cursos de graduação no Brasil, as opiniões dos professores são diversas. Mas, todas elas, em geral, convergem para as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação para os cursos das Ciências Agrárias. (Brasil, 2006). Pode-se alocar em, pelo menos, quatro categorias as opiniões dos informantes: "Metodologia, Interdisciplinaridade e Modelos Tecnológicos", "Gestão e Política", "Desenvolvimento e Sustentabilidade" e "Ética, Cultura e Subjetividade". (Quadro 1).

QUADRO 1: IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA EXTENSÃO RURAL PARA O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL

CATEGORIAS
Metodologia, interdisciplinaridade e modelos tecnológicos
<ul style="list-style-type: none"> • Aborda conteúdos para além das questões de produção agropecuária. • Avalia impacto de projetos no contexto rural. • Capacita os profissionais para os processos de intervenção no meio rural. • Considera a metodologia de extensão como estratégia de ação política e de conhecimento. • Desenvolve e adapta novas tecnologias • Favorece a aquisição das competências de: planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos. • Favorece a prática interdisciplinar. • Forma os estudantes numa perspectiva para uma ação crítica no meio rural. • Fornece noção sobre metodologia e formas de abordagens de realidades agrárias. • Integra as disciplinas do curso. • Leva inovação tecnológica ao homem rural. • Permite o elo entre ensino, pesquisa e extensão. • Realiza assistência técnica, presta consultorias e assessorias. • Valoriza o saber dos agricultores.
Gestão e política
<ul style="list-style-type: none"> • Aproxima a universidade da sociedade rural. • Articula o poder público com as necessidades das comunidades rurais. • Favorece a discussão de temáticas de caráter social, político, econômico, de organização e de políticas públicas. • Interage e influencia nos processos decisórios das instituições e na gestão das políticas setoriais.
Desenvolvimento e sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Compreende a realidade agrária com ênfase na agricultura familiar e camponesa. • Discute questões socioambientais, de exclusão social, de relações de gênero, das atividades não-agrícolas, de reforma agrária e organização popular. • Problematisa o meio rural a partir da realidade local. • Promove o compromisso com a sustentabilidade ambiental. • Promove o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva crítica, transformadora.
Ética, cultura e subjetividade
<ul style="list-style-type: none"> • Considera os valores culturais e locais. • Discute a dimensão humana das Ciências Agrárias • Favorece o relacionamento ético e humano.

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008)

Dada a importância atribuída à Extensão Rural nos projetos político-pedagógicos dos Cursos das Ciências Agrárias, pergunta-se: essa

disciplina conseguirá, efetivamente, contribuir para modificar o perfil profissional do extensionista à luz das categorias visualizadas? Essa questão se agrava, sobretudo se considerarmos que a Extensão Rural possui carga horária incipiente no conjunto da matriz curricular. Soma-se a isso, como visto anteriormente, a pouca importância atribuída pela disciplina a temas primordiais para compreensão da realidade rural contemporânea. Além disso, a Extensão Rural, na medida em que é oferecida nos últimos semestres dos Cursos, parece funcionar muito mais como ponto de chegada do que de partida na formação profissional, isto é, ela deixa de se constituir o fio condutor, capaz de articular as diferentes disciplinas da matriz curricular.

4.3 Literatura Sugerida

Ao se debruçar sobre a literatura sugerida pela disciplina Extensão Rural nas universidades brasileiras (Tabela 5), pode-se observar que, entre os 1.504 títulos catalogados por esta pesquisa, Paulo Freire é o autor que encabeça a lista dos mais citados (4,45%). Com percentuais mais abaixo, autores contemporâneos ligados à Extensão Rural, entre outros, Francisco Roberto Caporal (2,13%), Maria Salett Tauk Santos (1,66%), Maria Luiza Lins e Silva Pires (1%), Angelo Brás Fernandes Callou (0,93%), Joaquim A. de Almeida (0,80%) aparecem próximos de autores “clássicos” como Juan Díaz Bordenave (3,06%), Maria Tereza Lousa da Fonseca (1,93%) e Glauco Olinger (0,73%). Entre os autores contemporâneos que contribuem, indiretamente, à construção de uma nova perspectiva teórico-metodológica da Extensão Rural no Brasil, destacam-se José Graziano da Silva (1,46%), Ricardo Abramovay (1,26%) e José Eli da Veiga (1%).

TABELA 5: AUTORES MAIS REPRESENTATIVOS CITADOS NAS BIBLIOGRAFIAS DOS PROGRAMAS DA DISCIPLINA EXTENSÃO RURAL E AFINS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.

AUTORES MAIS REPRESENTATIVOS	Quant.	%
FREIRE, P.	67	4,45
BORDENAVE, J. E. D.	46	3,06
CAPORAL, F. R.	32	2,13
FONSECA, M. T. L.	29	1,93

TAUK SANTOS, M. S.	25	1,66
GRAZIANO DA SILVA, J.	22	1,46
MEDEIROS, L. S.	21	1,40
ABRAMOVAY, R.	19	1,26
PIRES, M. L. L. S.	15	1,00
VEIGA, J. E.	15	1,00
CALLOU, A. B. F.	14	0,93
CAUME, D. J.	13	0,86
MARTINS, J. S.	11	0,73
OLINGER, G.	11	0,73
SCHNEIDER, S.	11	0,73
ALMEIDA, J.	10	0,66
Total	361*	24,00

* Total de 1504 bibliografias.

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

Tendo em vista que as obras de Paulo Freire, particularmente *Extensão ou Comunicação?*, alcançaram o maior percentual entre os títulos referenciados, poderíamos inferir que o ensino da Extensão Rural no Brasil considera, como ponto de partida, as críticas paulofreirianas à Extensão Rural tradicional. Esse aspecto, de alguma maneira, está refletido no tema “Metodologias Participativas e Mobilização Comunitária - Comunicação”, encontrado com percentuais significativos nas ementas e objetivos, anteriormente analisados. Entretanto, dada a complexidade da realidade rural contemporânea, é possível alcançar a mesma ênfase dada à *Extensão ou Comunicação?* a outras obras que dêem conta de temas cruciais sobre o mundo rural para além da teoria paulofreiriana? Talvez um exercício nessa direção possa dar conta dos temas ainda pouco explorados na disciplina Extensão Rural, a exemplo de “Agricultura, Pesca e Aqüicultura de Base Ecológica”, “Novas Ruralidades” e “Gênero, Geracional e Etnias”.

5. O ENSINO DA EXTENSÃO RURAL E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) destaca, como uma condição essencial para a consolidação democrática no país, a necessidade de se disponibilizarem o aparato estatal e os serviços públicos para aqueles que, historicamente, não foram contemplados com os benefícios gerados pelos modelos de desenvolvimento até então implementados no mundo rural. A inclusão dos grupos excluídos do campo estaria, portanto, no cerne dessa política, como expressa o referido documento:

A busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de ATER. (Brasil, 2004, p. 4).

Tanto quanto a preocupação com esses grupos, a PNATER também sinaliza forte ênfase numa proposta de desenvolvimento sustentável, diametralmente oposta àquela instituída pelo difusionismo que caracterizou o período conhecido como Revolução Verde.

Assim, com base nesses dois princípios norteadores – que se pautam nos “esquecidos da história” (grifo nosso) e na preocupação ambiental - a PNATER se volta para os agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas, extrativistas e seringueiros, mediante estímulo às práticas geradoras de trabalho e renda (agrícolas e não-agrícolas), que se orientem por uma concepção de segurança alimentar e por um desenvolvimento rural sustentável, norteado pelos princípios da agroecologia.

Ao fazer isso, a PNATER explicita o seu rompimento com uma metodologia de trabalho orientada na difusão de inovações tecnológicas, instituindo, ao mesmo tempo, o que considera como um “outro paradigma tecnológico”. Esse outro paradigma não mais se pautaria na transmissão pura e simples do saber, mas numa metodologia participativa, alicerçada na valorização do saber das culturas populares. Ademais, traz à tona a necessidade de se contemplar, por meio das políticas instituídas, a diversidade presente no conjunto das categoriais selecionadas, através de questões voltadas a gênero, geração, raça e etnia.

Considerando esse perfil orientador das ações da PNATER, aqui sumariamente exposto, foi possível constatar que quase 80% (79,66%) das disciplinas de Extensão Rural em todo o Brasil abordam os temas mais recorrentes da referida política de ATER, seja no que diz respeito aos seus princípios e diretrizes, seja também no que diz respeito às orientações estratégicas e metodológicas expressas naquele documento. Assim sendo, dentre os temas elencados como relacionados à política de ATER, foram citados: “desenvolvimento rural sustentável”; “agricultura familiar”; “inclusão social”; “uso sustentável dos recursos naturais”; “associativismo, cooperativismo”; e “metodologias participativas”, entre outros (Quadro 2).

QUADRO 2: TEMAS DA PNATER ABORDADOS NA DISCIPLINA EXTENSÃO RURAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.

TEMAS DA PNATER
Agricultura familiar
Agricultura sustentável
Agroecologia
Associativismo
Conselhos de desenvolvimento rural sustentável
Conservação e recuperação da biodiversidade
Cooperativismo
Crédito rural
Desafios da metodologia participativa
Desenvolvimento rural sustentável
Diagnósticos participativos
Diversidade social, étnica e cultural.
Equidade
Estímulo às atividades agrícolas e não-agrícolas
Extensão rural associada ao crédito
Formação de capital social
Gênero
Geração
Inclusão social
Mecanismos de efetivação das políticas públicas de ATER.

Metodologias participativas
Métodos de gestão
Organização comunitária
Orientações metodológicas para as ações da Ater pública
Políticas agrícolas
Políticas para a agricultura familiar
Práticas pedagógicas
Produtividade
Pronaf
Públicos beneficiários do PNATER
Respeito ao meio ambiente
Segurança alimentar e nutricional
Sustentabilidade
Transformações provocadas pelos processos de globalização da economia e da cultura.
Uso sustentável dos recursos naturais
Valorização do conhecimento empírico das comunidades
Valorização dos povos, indígenas, quilombolas, agricultura familiar, pescadores, extrativistas.

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

Foi possível, ainda, constatar que os temas relacionados à PNATER não se circunscrevem apenas no âmbito da disciplina Extensão Rural, encontrando-se também presentes em várias outras disciplinas em todo o território nacional, ainda que com pesos diferenciados nas diversas regiões. Isso sugere, por conseguinte, uma aproximação da Extensão Rural com outras disciplinas que se debruçam sobre os problemas dos contextos rurais, a exemplo da Sociologia, Agroecologia, Economia Rural, Educação Agrícola, Marketing e Administração Rural, Cooperativismo/Associativismo, entre outras.

Finalmente, à luz do exposto, é possível afirmar que os programas de graduação das disciplinas Extensão Rural estão devidamente afinados com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)? É possível afirmar, do mesmo modo, que a referida política se multiplica a partir dos diversos enfoques dados pelas outras disciplinas que se voltam ao mundo rural? Partindo do pressuposto de que a política de

ATER brasileira está sendo assimilada pelos diversos cursos, é possível, também, admitir que esses cursos estão contribuindo para uma reavaliação permanente dessa política, sugerindo-lhe novas ações estratégicas? Noutros termos, a íntima relação entre mundo acadêmico e esfera técnica governamental está favorecendo a retroalimentação entre teoria-ação-teoria?

6. O ENSINO DA EXTENSÃO RURAL: DIFICULDADES E POTENCIALIDADES

Como discutido na literatura e também trazido ao debate por meio deste documento, a Extensão Rural Brasileira vivenciou, na sua trajetória de esplendor e de crise, várias rupturas relacionadas às críticas que lhe eram imputadas, quase sempre relacionadas ao seu caráter verticalizado e autoritário.

Entretanto, essas rupturas sempre estiveram associadas a uma reflexividade que sugeria o rompimento com algumas vertentes mais ortodoxas, ao mesmo tempo que sinalizava um esforço na construção epistemológica, que se fazia urgente.

Se, por um lado, esse esforço de romper com o velho e instaurar o novo trouxe avanços consideráveis – seja na formação do perfil do profissional ao extensionista, seja na tentativa de aproximação do saber científico ao saber popular –, não se pode desconhecer que muitas dificuldades no campo do ensino da Extensão Rural ainda permanecem.

Isso ficou claramente evidenciado por meio das dificuldades elencadas pelos professores de Extensão Rural no exercício de sua atividade acadêmica. Pelo que foi possível observar, persiste uma forte referência ao caráter tecnicista e individualista e não problematizador da disciplina, tão comum à crítica estimulada pela concepção paulofreiriana (Quadro 3).

QUADRO 3: DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES DE GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL NO BRASIL.

DIFICULDADES
Projeto político-pedagógico
Os futuros profissionais ainda são formados num padrão predominantemente tecnicista.
Pouca colaboração dos docentes das demais disciplinas do curso para a promoção da interdisciplinaridade.
Desconexão da disciplina de extensão rural com o restante do currículo dos cursos de agrárias que trabalham dentro da concepção da revolução verde e com o pressuposto de que as tecnologias independem do contexto de aplicação.
Dificuldade de interdisciplinaridade com as disciplinas das áreas técnicas e até mesmo com aquelas da área humana e social.
Excesso de disciplinas em outras áreas.
Pela disciplina ser oferecida já no último período, poucos educandos leva a sério.
Vontade política para ultrapassar resistências internas pautadas na meritocracia, onde as atividades de extensão rural são consideradas secundárias.
Incentivar e incrementar o hábito de leitura como fundamento para a aquisição de conhecimentos de forma autônoma e crítica.
Exercitar a pedagogia problematizadora, liberdade ou crítica num ambiente em que predomina a educação bancária.
Mostrar a importância de uma visão sistêmica e holística numa instituição em que a regra é a especialização do conhecimento, o que é uma visão necessariamente reducionista.
Necessidade de readequação das universidades para a formação destes profissionais, que ao invés de uma formação fragmentada e tecnicista, tenha uma visão mais holística dos problemas do campo.
Romper o individualismo metodológico da universidade e o paradigma hegemônico modelo de desenvolvimento do campo que está predominando na organização curricular das agrárias.
A resistência existente nas ciências naturais que se prendem a execução de determinada técnica sem fazer reflexão sobre a realidade na qual está inserida.
Promover maior diálogo com estas disciplinas e tentar construir esse novo olhar sobre a formação do profissional de ciências agrárias, com maior ênfase às relações sociais, econômicas e ambientais.
Impedimento da realização de projetos de pesquisa e extensão.
Recursos humanos e materiais
Transporte para conduzir os alunos nos trabalhos de extensão.
Pouca disponibilidade de verbas para a área.
A falta de recursos humanos, tendo em vista que dos três professores em atuação, somente um é efetivo e está em processo de aposentadoria, os demais são substitutos.

As constantes trocas de professores, visto que, além de ser prejudiciais, impossibilitam a construção de uma proposta pedagógica contínua.
Priorização de contratação de professores de disciplinas ligadas diretamente ao curso de responsabilidade de cada departamento, como por exemplo: agronomia, zootecnia e engenharia florestal.
Valorização da extensão rural
Precisaríamos ter outros padrões de avaliação e fontes de recursos para quem queira trabalhar com extensão.
Inexistência de programa mais robusto de bolsas de extensão com mesma importância destinada às atividades de pesquisa.
Aproximação entre universidade e sociedade
Impossibilidade da construção de relações mais duradouras com os atores sociais, com as federações e sindicatos da CONTAG, o MST, a ASPTA, a Delegacia Regional do MDA, a EMATER, a EMBRAPA, entre outros.
A grande dificuldade da disciplina e trabalhar num estado, como de Goiás, que praticamente extinguiu as agências de extensão rural.
A integração (regional prioritariamente) dos profissionais que atuam em extensão.
Descrédito das famílias rurais devido a muita promessa e pouca execução.
O ativismo de reuniões, aulas, e a pouca inserção nos movimentos populares.
Visão de mundo dos estudantes
Estudantes são de origem urbana e querem trabalhar em serviços urbanos.
Os estudantes têm pouca ou nenhuma experiência de trabalho com os agricultores.

FONTE: DADOS DA PESQUISA (2008).

Entretanto, paradoxalmente, os resultados dessa mesma pesquisa indicam uma fortíssima adesão à obra *Extensão ou Comunicação?*, de Paulo Freire, como já comentado neste trabalho. O que estaria, então, acontecendo? Persistem os velhos problemas tão criticados na década de 70? E, no caso afirmativo, esses velhos problemas podem ser devidamente enfrentados com o mesmo debate que norteou os estudiosos de três décadas passadas? Que novos elementos poderiam ser, hoje, incorporados?

Problemática semelhante nos traz Boaventura de Sousa Santos ao comentar:

Estas transformações são ou parecem tão profundas, que é possível caracterizar o nosso tempo como um tempo de

problemas modernos (as promessas por cumprir da modernidade ocidental) para os quais não há soluções modernas. Em meu entender é por isso que o que está em causa é a própria reinvenção da emancipação social. (Santos, 2002, p. 14).

Outros pontos mencionados pelos professores, relativos às dificuldades relacionadas ao ensino da Extensão, dizem respeito ao caráter ainda fragmentário e, muitas vezes, dissociado da disciplina Extensão Rural em relação às demais disciplinas do curso e da disciplina em relação à realidade do campo.

Essa desconexão tende a ser identificada como um empecilho para uma vivência interdisciplinar mais efetiva da disciplina Extensão Rural com as demais disciplinas técnicas e, conforme indicado, até mesmo com aquelas das áreas humanas e sociais. E, também, como uma dificuldade adicional para o desenvolvimento da concepção de uma ciência sistêmica e holística, fruto de uma especialização reducionista.

Duas razões elencadas pelos professores poderiam justificar, em parte, essa dissociação entre conhecimento teórico e realidade rural. São elas: uma incipiente leitura por parte dos alunos na literatura sociológica, desestimulando-os a uma imersão mais aprofundada em torno das problemáticas do campo das Ciências Humanas. Outro motivo alegado diz respeito à presença tardia da disciplina Extensão Rural na matriz curricular dos Cursos, contribuindo, ainda mais, para dificultar um eventual interesse do aluno no aprofundamento posterior da realidade do homem do campo. Soma-se a isso a questão já discutida neste trabalho, relacionada à reduzida carga horária da disciplina na matriz curricular dos Cursos.

Ainda no conjunto das dificuldades, os professores questionam o espaço político ocupado pela disciplina Extensão Rural no conjunto das demais disciplinas dos cursos e suas implicações, inclusive no âmbito do financiamento de pesquisas nessa área.

Outro aspecto não menos importante refere-se ao tema, quase um jargão nos meios acadêmicos, da aproximação entre universidade e sociedade. Associadas a essa questão, os professores destacaram: “a impossibilidade de se construir relações mais duradouras com os diversos atores sociais”; “a dificuldade de uma inserção mais sistemática do pesquisador nos contextos rurais, em função do descrédito das populações ali envolvidas com as inúmeras promessas e com as poucas realizações”; “a

origem urbana dos alunos e a sua inexperiência no campo de trabalho com agricultores”.

Diante desse quadro, pergunta-se: como a disciplina Extensão Rural poderia intermediar e, mais do que isso, nortear o diálogo com as demais disciplinas, de modo que o aluno possa conceber a realidade do mundo rural como um todo articulado? Ou, dito numa perspectiva de Edgar Morin (2005) como a realidade poderia ser apreendida não mais de uma forma fragmentada, mas a partir do pensamento complexo?

Como foi observado, os problemas apontados que circundam a disciplina Extensão Rural são inúmeros, assim como são inúmeras as razões que justificam o grande potencial atribuído àquela disciplina. Sem sombra de dúvida, a visualização de tais potencialidades constitui a grande força motriz para o enfrentamento das dificuldades que ainda persistem.

A partir das observações dos informantes desta pesquisa, é possível observar que, embora a matriz curricular dos cursos permaneça “engessada” numa estrutura burocrática desarticulada, a disciplina sinaliza, pela sua proposta abrangente, a possibilidade de congregar, a partir de temas transversais, disciplinas afins. Nesse sentido, um dos informantes exemplificou que a Extensão Rural poderia ser o fio condutor nos cursos de Agronomia e Zootecnia, a partir de temas como sustentabilidade e recursos naturais. Contribui para isso, segundo a mesma fonte de dados, o fato de que os professores se mostram disponíveis para experiências dessa natureza. Portanto, isso leva a crer que, se a matriz curricular ainda não é dialógica, os professores, de todo modo, parecem estar abertos ao diálogo.

Além dos temas transversais, a interligação entre as disciplinas poderia se dar, também, via projetos nas diversas áreas de conhecimento. Seria, inclusive, uma forma de favorecer a aproximação de profissionais das diversas áreas com os diversos atores das comunidades rurais, especialmente os agricultores familiares, por meio de metodologias participativas.

É interessante destacar que a disciplina Extensão Rural foi, igualmente, identificada pela sua abrangência conceitual e prática, assegurando-lhe, por conseguinte, um papel de destaque na formação de um perfil profissional hábil, crítico, criativo e especialmente ético e comprometido, capaz de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável do país. É também esse caráter abrangente da disciplina que, segundo os informantes, facilita enormemente uma integração entre a graduação e a

pós-graduação. Nesse sentido, foram trazidas, como exemplos, várias situações concretas, vivenciadas pelas diversas universidades brasileiras.

Houve até quem dissesse, dentre os informantes, que

O conteúdo discutido mexe com algumas concepções arraigadas e provoca algumas “crises existenciais” de autocrítica do processo formativo, potencializando a construção de novos compromissos, especialmente de cunho social.

Como fazer das dificuldades ainda presentes no ensino da Extensão Rural uma fonte permanente de reflexão e de superação dessas dificuldades? Como, a partir dessa reflexão, é possível ampliar as potencialidades da disciplina?

7. CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa O Estado da Arte do Ensino da Extensão Rural chamam a atenção para algumas questões importantes que permeiam o ensino, a pesquisa e a extensão em Extensão Rural, nos níveis de Graduação e de Pós-Graduação nas universidades brasileiras.

Um dos principais elementos destacados na análise diz respeito à insuficiência da carga horária necessária à formação do extensionista / gestor de processos de desenvolvimento local, mesmo considerando a contribuição dos conteúdos programáticos de outras disciplinas correlatas à Extensão Rural. Questão que tende a se agravar quando se constata que a disciplina Extensão Rural é, quase sempre, oferecida nos últimos semestres dos Cursos de Ciências Agrárias. Como já destacado neste trabalho, esta questão tende a dificultar uma formação continuada do aluno no âmbito das discussões que se voltam para os contextos rurais. Este aspecto também foi apontado, através da análise realizada, como sendo um elemento que obscurece o caráter multidisciplinar da Extensão, impedindo-a ainda de desempenhar a função de elo condutor das demais disciplinas do curso.

No que diz respeito aos programas da disciplina Extensão Rural no âmbito da graduação, foi possível pontuar alguns temas recorrentes nas ementas e nos objetivos, como: desenvolvimento local, difusão de inovações, realidade socioeconômica do meio rural, associativismo, cooperativismo, metodologias participativas, entre outros.

É possível dizer, entretanto, que, grosso modo, os programas de ensino não refletem o avanço das discussões acadêmicas acerca das questões que hoje circundam o meio rural, a julgar pela tímida incorporação de temas caros à pesquisa como agricultura de base ecológica e desenvolvimento local. Ademais, outros temas como “Novas Ruralidades”, “Gênero, Geração e Etnias”, tão presentes nas agendas do desenvolvimento rural nacional e internacional, também não aparecem na maioria dos programas de Extensão Rural do país.

Muito provavelmente, essas razões justificam o lugar de destaque que ainda ocupam temas como a “difusão de Inovações”, por exemplo, nos programas brasileiros de Extensão Rural nos Cursos de Graduação.

No que diz respeito aos Projetos de Pesquisa e de Extensão, essa tendência não se confirma quando sobressaem temas como “Agricultura Familiar”, “Desenvolvimento Local”, “Agroecologia” e “Movimentos Sociais”. Ainda assim, questões relacionadas a “Gênero, Geração e Etnias” quase não aparecem em ambos os tipos de projeto. Igual fenômeno pode ser observado em relação à pesca e às atividades não-agrícolas que, de acordo com os dados coletados, ocupam um lugar inexpressivo nas preocupações dos pesquisadores em todas as regiões do Brasil. Entretanto, diferentemente dos Projetos de Pesquisa, os Projetos de Extensão incorporam o tema das novas ruralidades de forma significativa. A explicação para essa tendência pode ser atribuída a uma proximidade mais imediata com a realidade concreta que a extensão possibilita, por meio dos projetos de intervenção.

De todo modo, o que se percebe é uma certa desarticulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão no conjunto das atividades relacionadas à Extensão Rural no âmbito das universidades brasileiras.

Foi curioso constatar que o tema “Reforma Agrária” aparece de forma discreta nos Programas de Ensino, bem como nos Projetos de Pesquisa e Extensão. Isso tanto pode revelar certo “desprestígio” da matéria na atualidade, quanto sinalizar que o tema acha-se subsumido em questões como os “movimentos sociais” e “assentamentos”. De uma forma ou de outra, como já discutido anteriormente, o tema “Reforma Agrária” já não é mais conduzido pelo mesmo calor dos debates. Será que a concentração de terra não é mais vista como um problema crucial no nosso país? Teria a Reforma Agrária perdido a sua função no âmbito das principais urgências nacionais? Ou os assentamentos têm funcionado como “amortecedores” dos conflitos?

Um dado também que se destacou nas análises foi em relação às bibliografias sugeridas pelos Programas da disciplina Extensão Rural. Nesse sentido, ficou claramente evidenciado que Paulo Freire e sua obra *Extensão ou Comunicação?* continuam na liderança como autor e obra mais referenciados pelos professores da Extensão Rural.

Diante dessas constatações, podem-se arrolar algumas questões que perpassam as análises aqui desenvolvidas, no sentido de nortear a discussão, suscitando, ao mesmo tempo, algumas pistas para a ampliação do debate sobre O Estado da Arte no Ensino da Extensão Rural no Brasil:

- 1) Quais as conseqüências das lacunas deixadas pelos aportes insuficientes em temáticas consideradas vitais para a Extensão Rural sobre a formação dos extensionistas?
- 2) De que maneira a pesquisa e a extensão poderão contribuir para o ensino da Extensão rural nas universidades públicas contingenciadas?
- 3) A importância atribuída à Extensão Rural pelos professores da área tenderá a superar o desprestígio dessa disciplina na área das Ciências Agrárias, ao ponto de contribuir ao redirecionamento da formação dos extensionistas, à luz das demandas dos contextos rurais contemporâneos?
- 4) Tendo em vista a complexidade dos contextos rurais contemporâneos a ser efetivamente abordada pela disciplina Extensão Rural, não estaria na hora de incorporar outras obras que ajudassem a dar conta dessa complexidade, para além da teoria de Paulo Freire?
- 5) Como proceder para que as matrizes curriculares dos cursos das Ciências Agrárias contemplem os desafios refletidos nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural?
- 6) Admitindo como verdadeira a premissa de que os cursos de graduação e de pós-graduação em Extensão Rural incorporaram a PNATER, é possível admitir que esses cursos estão contribuindo para uma reavaliação permanente dessa política, sugerindo-lhe novas ações estratégicas?
- 7) Se uma parte expressiva dos projetos de Extensão nas universidades brasileiras parece estar voltada às preocupações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o que falta, ainda, para que as universidades e o Ministério do Desenvolvimento Agrário estreitem os laços no sentido de unir as ações que ampliem o debate e favoreçam a construção de estratégias para a mobilização da população do campo no esforço do desenvolvimento rural?

Essas questões contemplam pelo menos quatro dimensões: 1) O ensino da Extensão Rural em face dos temas emergentes da sociedade contemporânea; 2) Pesquisa e extensão em relação às demandas dos movimentos sociais no contexto rural; 3) Relação de reciprocidade entre

políticas públicas e temáticas da pesquisa e da extensão em Extensão Rural; e 4) Convergência das atividades de ensino, pesquisa e extensão, no sentido do aperfeiçoamento da formação dos técnicos em Extensão, na perspectiva da interdisciplinaridade.

8. BIBLIOGRAFIA

BRAGA, Geraldo Magela; KUNSCH, Margarida Maria Kroling (Org.). **Comunicação rural: discurso e prática**. Viçosa : Imprensa Universitária, 1993;

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília : MDA, 2004.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). *Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local*. São Paulo/Recife : Bagaço, 2002, p.11-28. Coleção GT's n.13.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes Callou; TAUK SANTOS, Maria Salett. **Formação de comunicadores rurais**: novas estratégias para enfrentar o século XXI. *Contexto e Educação.*, Ijuí., Unijuí., n.63, jul./set., 2001, p.119-130.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **A extensão pesqueira como disciplina recente na universidade brasileira**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA, 3, 1983, Manaus. *Anais...*Manaus: Associação dos Engenheiros de Pesca da Amazônia. p. 285-300.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Agroecologia e extensão pesqueira: aproximações teóricas**. Mesa-redonda Pesca, Agroecologia e Sustentabilidade do V CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA , Guarapari, Espírito Santo, 2007. 13 p.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão rural: polissemia e memória**. Recife : Bagaço, 2007.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; PIRES, Maria Luiza; LEITÃO, M^a do R. F. Andrade; TAUK SANTOS, Maria Salett. **O estado da arte do ensino de extensão rural no Brasil: relatório de pesquisa**. Recife : Artimpresso, 2008. 141 p.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. Brasília : EMBRAPA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática extensionista**. Santa Maria, 1991. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

DIAS, Marcelo Miná. **As mudanças de direcionamento da PNATER (política nacional de assistência técnica e extensão rural) em face do difusionismo**. *Revista Brasileira de Economia Doméstica Oikos*, Viçosa, 2007. v.18, n.2, p.11-21.

DOULA, Maria Sheila; SOUZA, Renato Santos de. **A pós-graduação em extensão rural no Brasil: perfil, dificuldades e perspectivas**. *RBPB*, Brasília, v. 3, n.6, p. 282-299, dez. 2006.

GIUSEPPA, Spenillo. **O rural frente à informatização do cotidiano: comunicação, interpessoalidade e lazer no projeto Brígida (Orocó – PE)**. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). **Comunicação rural e o novo espaço agrário**. São Paulo/Recife : Imprensa Universitária, 1999, p. 37-47. Coleção GT's n. 8.

LEITÃO, M^a do R. F. **A Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. SCOTT Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

LEITÃO, M^a do R. F. A. (Org.). **Extensão rural, extensão pesqueira: experiências cruzadas**. Recife: FASA, 2008.

LEITÃO, M^a do R. F. A. **Trabalho, gênero e desemprego em Lagoa do Carro**. Bogotá, *Revista Territórios*, n. 13. Universidad de los Andes, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre : Sulina, 2005.

PIRES, Maria Luiza. **A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate**. In: TAVARES, Jorge (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003a, p. 45-70.

PIRES, Maria Luiza. **Dádiva, economia social e cooperativismo: a promulgação de uma nova ética societária?**. *Revue UniRcoop*, Sherbrooke, Canadá, 2003b, p. 1-12.

PIRES, Maria Luiza. **Cooperativismo agrícola em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do nordeste do Brasil e do leste do Quebec, Canadá**. Recife: Massangana, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Contribuições à questão agrária no Brasil.** *Revista Brasiliense*, 1960.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

SUPLAN/ABEAS. Relatório Final: **Programa de Ensino de Extensão Rural, 1978/1979.**

TAUK SANTOS, Maria Salett (org.). **Comunicação e informação: identidades e fronteiras.** São Paulo : INTERCOM; Recife: Bagaço, 2000.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Comunicação rural - velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local.** In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRAU-MEIGS, Divina.

TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local.** *Revista Signo*, Revista de Comunicação Integrada. UFPB, Ano II, N. 3, setembro/1995.

TAUK SANTOS, Maria Salett; SPENILLO, Giuseppa. **Uma nova política para o ensino da comunicação rural: o caso UFRPE.** In: TAUK SANTOS, Maria Salett (Org.). **Políticas de comunicação rural nos anos 90.** Recife, Imprensa Universitária, UFRPE, 1998.

TAVARES, Jorge; FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra. **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade.** Recife : Bagaço, 2006.

TAVARES, Jorge; RAMOS, Ladjane (Org.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico.** Recife : Bagaço, 2006.

VELA, Hugo (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no mercosul.** Santa Maria : UFSM, 2003.